

TRAÇADO URBANO E PERCEPÇÃO DE VALOR: leituras sobre a Consolidação Espacial de Pau dos Ferros–RN

EIXO TEMÁTICO 03: Representações, Memória e Preservação do Urbano

NASCIMENTO, Athirson Pascoal Aquino

Arquiteto e Urbanista e Mestrando; PPGAU/ UFRN
pascoalathirson@gmail.com

RESUMO

A consolidação do traçado urbano das pequenas cidades revela-se como um processo marcado por permanências espaciais e práticas cotidianas que se constroem ao longo do tempo. Este trabalho busca associar essas premissas às atribuições de valor de Alois Riegl, discutindo o espaço urbano como suporte de memória e identidade, articulando os valores de historicidade e uso à experiência urbana contemporânea. O município de Pau dos Ferros–RN constitui o recorte empírico da pesquisa, cuja formação esteve diretamente associada à atuação da Igreja Católica e à estruturação de um núcleo central organizado em torno da igreja, da praça e do mercado. A análise evidencia que, mesmo diante da ausência de instrumentos consolidados de proteção patrimonial, determinados elementos do traçado urbano permanecem incorporados ao cotidiano da população, atuando como referências espaciais e simbólicas. Assim, a leitura do espaço urbano a partir da percepção de valor contribui para ampliar a compreensão do patrimônio urbano nas pequenas cidades.

Palavras-chave: traçado urbano; pequenas cidades; patrimônio urbano; percepção de valor.

PENSAR FORA DO EIXO

ABSTRACT

The consolidation of the urban layout of small cities is revealed as a process marked by spatial permanences and everyday practices that are built over time. This study seeks to relate these premises to the value attributions proposed by Alois Riegl, discussing urban space as a support for memory and identity, articulating the values of historicity and use with contemporary urban experience. The municipality of Pau dos Ferros constitutes the empirical scope of the research, whose formation was directly associated with the action of the Catholic Church and the structuring of a central nucleus organized around the church, the square, and the market. The analysis shows that, even in the absence of consolidated heritage protection instruments, certain elements of the urban layout remain embedded in the daily life of the population, acting as spatial and symbolic references. Thus, reading urban space through the perception of value contributes to expanding the understanding of urban heritage in small cities.

Keywords: Urban layout; Small cities; Urban heritage; Value perception.

RESUMEN

La consolidación del trazado urbano de las pequeñas ciudades se revela como un proceso marcado por permanencias espaciales y prácticas cotidianas que se construyen a lo largo del tiempo. Este trabajo busca asociar estos supuestos con las atribuciones de valor propuestas por Alois Riegl, discutiendo el espacio urbano como soporte de memoria e identidad, articulando los valores de historicidad y uso con la experiencia urbana contemporánea. El municipio de Pau dos Ferros constituye el recorte empírico de la investigación, cuya formación estuvo directamente asociada a la actuación de la Iglesia Católica y a la estructuración de un núcleo central organizado en torno a la iglesia, la plaza y el mercado. El análisis evidencia que, incluso ante la ausencia de instrumentos consolidados de protección patrimonial, determinados elementos del trazado urbano permanecen incorporados a la vida cotidiana de la población, actuando como referencias espaciales y simbólicas. Así, la lectura del espacio urbano a partir de la percepción de valor contribuye a ampliar la comprensión del patrimonio urbano en las pequeñas ciudades.

Palabras clave: Trazado urbano; Pequeñas ciudades; Patrimonio urbano; Percepción de valor.

INTRODUÇÃO

As primeiras discussões sobre patrimônio surgem ainda de forma embrionária no Renascimento italiano, quando se estabelece uma nova relação cultural com as antiguidades, reconhecidas como portadoras de valor histórico e artístico¹. Entretanto essas questões não eram sistematizadas por campos autônomos, embora já aparecem ideias-chave como: valorização das antiguidades clássicas, interesse em conservar ruínas e reconhecimento do valor histórico e artístico do passado. Então, a partir desse momento o passado começou a ser percebido como sendo digno de reconhecimento e preservação, mesmo que por uma ideia elitista que se relacionava mais diretamente à arte, do que necessariamente ao coletivo.

Após séculos de debates, diversos teóricos e profissionais formularam concepções distintas acerca do restauro como campo do conhecimento, destacando-se, a partir do século XIX, Viollet-le-Duc, John Ruskin, Camillo Boito, Cesare Brandi e Alois Riegl em tempos mais recentes. Tais abordagens variavam desde a restauração estilística até posições de caráter conservacionista e crítico ao restauro, incorporando ainda contribuições como o conceito de unidade potencial e o deslocamento do debate para a noção de valor, por meio da qual o patrimônio passa a ser compreendido a partir das atribuições históricas, artísticas e sociais que lhe são conferidas ao longo do tempo, consolidando uma leitura do patrimônio como construção cultural fundamentada em sistemas de valores.

Trazendo a discussão de valor para além da esfera do patrimônio, podemos relacionar esses princípios ao tratarmos das questões voltadas ao meio urbano, principalmente quando observamos a forma como o espaço é percebido, vivido e reconhecido coletivamente. Nesse sentido, o traçado urbano assume papel fundamental como suporte material dessa percepção de valor, especialmente nas pequenas cidades, onde os processos de formação e consolidação do espaço ocorreram de maneira gradual e fortemente marcada pela presença de agentes reguladores do solo, a exemplo das ordens religiosas. Assim, o reconhecimento coletivo desses espaços não se dá apenas por sua funcionalidade atual, mas pela capacidade do traçado em manter legíveis as camadas históricas que estruturam a identidade urbana local.

Em Pau dos Ferros, município situado no interior do Rio Grande do Norte, as relações de comércio contribuíram para a sua formação inicial ainda no século XVIII, que por sua vez resultou

¹ CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP, 2001, p. 45.

PENSAR FORA DO EIXO

na construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição em 1756. A então capela foi elevada a paróquia no ano de seu centenário, juntamente com o desmembramento da vila da cidade de Portalegre em 1856 e posteriormente a elevação a categoria de cidade em 1924. Devido a esse poder hegemônico, a cidade se estruturava urbanisticamente em volta da igreja, onde foi consolidado o primeiro bairro e o conjunto que permanece atualmente, composto pela igreja e mercado público.

A localidade detém não somente uma estrutura fundiária peculiar decorrente da ocupação do patrimônio da Igreja Católica, mas uma conformação urbana repleta de significados que vão desde a distribuição da terra às manifestações religiosas, como é o caso da festa dedicada à Nossa Senhora da Conceição, padroeira da cidade. É possível evidenciar um adensamento e ocupação urbana mais difusa, coesa e que, ao mesmo tempo, exercem maior centralidade comercial em Pau dos Ferros, com ruas e quadras irregulares, do ponto de vista estrutural. Nesse sentido, o trabalho busca compreender a percepção de valor principalmente ligada a consolidação do traçado urbano de Pau dos Ferros. Ainda de modo a complementar a esse entendimento, procura-se apreender como essas atribuições podem ser percebidas no cotidiano local.

O estudo mostra-se relevante ao discutir a consolidação do traçado urbano em pequenas cidades a partir da noção de percepção de valor como uma chave de leitura do espaço urbano. Ao ampliar essa discussão para além do campo estritamente patrimonial, o traçado passa a ser compreendido não apenas como resultado de decisões técnicas ou funcionais, mas como uma construção social que se reafirma continuamente por meio do uso cotidiano, da memória e do reconhecimento coletivo dos espaços pela população.

O trabalho segue organizado da seguinte forma: Em um primeiro momento, são abordadas as relações entre pequenas cidades e os agentes transformadores do espaço. Na sequência, o foco se volta para a percepção de valor, entendendo os conceitos teóricos pela ótica de Alois Riegl. Por fim, essas reflexões são articuladas brevemente² ao caso de Pau dos Ferros-RN, mediante a análise

² Este estudo busca lançar luz sobre aspectos da formação urbana de Pau dos Ferros, com ênfase nas percepções de valor associadas ao espaço urbano, de forma complementar à dissertação de mestrado atualmente em desenvolvimento. Assim, o presente artigo não se propõe a realizar análises aprofundadas acerca da morfologia urbana e do parcelamento do solo, uma vez que tais aspectos integram a pesquisa ainda em andamento.

de sua formação urbana e da consolidação do traçado pela ótica do valor³. Ao final, segue-se com as considerações finais e as referências.

1 PEQUENAS CIDADES E OS AGENTES TRANSFORMADORES DO ESPAÇO

A operacionalização da pesquisa envolve a aplicação de elementos clássicos e contemporâneos na análise do espaço urbano, considerando o contexto histórico e atual das pequenas cidades e a atuação dos agentes, com foco nas dimensões espacial e sociocultural. Diante da complexidade do sistema urbano brasileiro, é fundamental considerar a relevância dos municípios de pequeno porte, que representam aproximadamente 84,31% do total de 5.570 cidades do país (IBGE, 2024). No conjunto nacional, a região Nordeste se destaca por concentrar 1.794 desses municípios, o que corresponde a cerca de 32,21% do total brasileiro. Ao longo desse território, observa-se que tais núcleos urbanos manifestam, em sua dinâmica, múltiplos desafios de ordem social, ambiental e política, além de evidenciarem acentuadas desigualdades socioespaciais e processos de fragmentação urbana (Gonçalves, 2005).

Os primeiros conceitos de cidades pequenas e médias eram fundamentados em critérios quantitativos, principalmente do ponto de vista populacional, que variavam conforme a literatura e a realidade local. Esses parâmetros ignoravam as especificidades dos interiores e não deixavam claro o consenso sobre as definições de cidades pequenas e médias, pois o critério demográfico apenas identificava o grupo ou a faixa populacional que estavam inclusos nesses municípios. (Amorim Filho e Serra, 2001). Outro aspecto a considerar é que a transição de uma vida essencialmente agrária para um cotidiano urbano nas pequenas e médias cidades ressalta o papel que elas exercem regionalmente, estabelecendo uma forte conexão com a área em que se localizam e refletindo a concentração e centralização econômica, de acordo com a realidade regional (Spósito, 2007). Contudo, essas cidades também compartilham características com as grandes, enfrentando problemas locais como o aumento da violência, a concentração urbana e conflitos socioespaciais em sua dinâmica (Spósito, 2007).

Nesse sentido, compreender tais conflitos e transformações exige avançar para uma análise socioespacial que considere não apenas os critérios demográficos, mas também as escalas de interpretação do espaço. As questões urbanas podem ser analisadas em diferentes níveis, que vão do local ao global, possibilitando a identificação de processos específicos de produção do

3 Devido à natureza do trabalho optou-se por observar a partir das legislações como manifestação desses valores além da percepção individual do autor como morador e usuário do espaço.

PENSAR FORA DO EIXO

espaço e, ao mesmo tempo, de articulações mais amplas que atravessam o território. Sobre a compreensão dos elementos socioespaciais, Corrêa (2013) menciona três acepções correntes de escalas:

[...] a da dimensão, a exemplo de economias internas ou externas de escala; a cartográfica, que se traduz na relação entre objeto e sua representação em cartas e mapas; e a conceitual, associada à ideia de que objetos e ações são conceitualizados em uma dada escala na qual processos e configurações se tornam específicos se têm a sua própria escala de representação cartográfica. (Corrêa, 2013, p. 63)

Partindo desse entendimento, para compreender a dinâmica urbana dos pequenos municípios, faz-se necessário articular as diferentes escalas de análise. Essa articulação possibilita avaliar os modos, as intensidades e os arranjos segundo os quais os movimentos se realizam e as dinâmicas e processos se desenvolvem. Trata-se de combinar interesses e administrar conflitos que não se restringem a uma parcela do espaço. Mesmo quando os sujeitos sociais com menor poder aquisitivo parecem atados a territórios relativamente restritos, sua condição deve ser compreendida em sua totalidade, no contexto temporal e espacial (Spósito, 2007).

Conforme Corrêa, existem dois grupos que intermediam esse processo: os agentes e os atores. Os agentes são os sujeitos sociais que intervêm diretamente na produção e transformação do espaço geográfico. Eles podem ser indivíduos, grupos sociais ou instituições, públicas ou privadas, cujas ações estão articuladas a interesses específicos — econômicos, políticos, culturais ou simbólicos — e que atuam em diferentes escalas (Corrêa, 2001). Segundo Corrêa (2007), as práticas espaciais são realizadas por sujeitos individuais e coletivos, orientados por diferentes interesses e projetos, que atuam na produção e reorganização do espaço geográfico, contribuindo para sua constante transformação. Complementando sobre essa atuação na produção do espaço, Corrêa (2013) destaca:

A produção do espaço, seja o da rede urbana, seja o intraurbano, não é resultado da “mão invisível do mercado”, nem de um Estado hegeliano, visto como entidade supraorgânica, ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais. É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com os outros segmentos da sociedade. (Corrêa, 2013 p. 43)

Um dos principais agentes responsáveis pela formação do espaço urbano são as ordens religiosas. Estas instituições, atuando tanto pelo domínio cristão quanto pela representação simbólica, têm se destacado na acumulação de capital territorial, influenciando a sociedade de

PENSAR FORA DO EIXO

diversas maneiras. A chegada dos religiosos ao Brasil ocorreu com a vinda das primeiras autoridades coloniais no século XVI, incluindo os jesuítas, beneditinos, carmelitas e franciscanos, que se dispersaram por diferentes regiões do território, como Rio de Janeiro, Salvador, João Pessoa e Olinda (Fridman, 1999). Durante a fase colonial, houve a distribuição de amplas extensões de terra àqueles que demonstraram capacidade de ocupação e produção. Nesse cenário, as ordens religiosas, com uma perspectiva voltada para a catequização, conseguiram acumular um capital territorial significativo, especialmente no que se refere ao direito de uso, principalmente durante a época das sesmarias (Martins, 1994). Segundo Fridman (1999), o acúmulo de terras pelas ordens religiosas no período colonial brasileiro se deu também pela sacralidade da terra:

As ordens religiosas acumularam muitas propriedades porque os primeiros povoadores eram extremamente religiosos e acreditavam que oferecendo terras e bens aos religiosos suas almas estariam protegidas. (Fridman, 1999. p. 55)

No período colonial, as ações sociais da Igreja Católica eram direcionadas à manutenção de suas propriedades, por meio da catequização de nativos e colonizadores mais pobres. Dessa forma, o domínio sobre as terras era sustentado por relações de poder que conferiam identidade legitimadora, ou seja, relações identitárias estabelecidas pelas instituições dominantes com o intuito de expandir sua influência e domínio sobre os atores sociais (Martins, 1994). Considerando o papel das ordens religiosas na acumulação de terras, sob a perspectiva cristã e do domínio católico no Brasil, a Igreja Católica tem participado da vida urbana das cidades desde o período colonial até os dias atuais. Para compreensão do contexto em que boa parte das cidades brasileiras e do Rio Grande do Norte foram constituídas e consolidadas, no sentido da evolução urbana das cidades, destaca Teixeira (2009):

A evolução das cidades no Brasil está profundamente marcada pela influência da religião católica sobre seus habitantes, seu espaço físico, suas intenções e motivações. A influência da Igreja Católica, quando associada ao Estado, assim como a de outros agentes que preconizavam a primazia de valores sagrados, deixou marcas muito importantes na paisagem urbana de nossas aglomerações. (Teixeira, 2009, p.27)

Compreende-se que, ao longo da história urbana das cidades, a relação entre a Igreja e o Estado envolveu a conquista, consolidação e organização territorial, que implicou também na formação das primeiras aglomerações urbanas. Essa relação também se manifestou de forma invisível, influenciando costumes que se refletem na forma urbana, e que perdura na sociedade desde o período colonial até a atualidade. Com a evolução das aglomerações urbanas, a interação entre cidade e Igreja enfrentou, em parte, conflitos no campo da propriedade da terra, como a expropriação de terras pelo Estado e a venda de propriedades eclesiásticas para a construção de

PENSAR FORA DO EIXO

edificações religiosas (Teixeira, 2009). Nesse sentido, a manifestação física dos agentes sociais na produção e desenvolvimento do espaço urbano das cidades, seja a igreja ou outros, ainda é perceptível ao se observar os elementos que compõem a estrutura urbana, como solo, edificações, lotes, quarteirões, logradouros, praças, monumentos, vegetação e mobiliário urbano.

2 PERCEPÇÃO DE VALOR: Considerações sobre o Espaço Urbano

Para esse momento, fundamenta-se o estudo nas contribuições de Alois Riegl, especialmente no que se refere à atribuição de valor de historicidade e de uso, articulando esses conceitos à compreensão da cidade como suporte de memória, identidade e permanências espaciais. Ao considerar o valor como uma construção social, dinâmica e vinculada às experiências cotidianas, amplia-se a leitura do espaço urbano para além de seus aspectos técnicos e funcionais, incorporando dimensões simbólicas, históricas e culturais.

Para entender a ideia de evolução como ponto de ignição para as noções sobre o valor históricos dos monumentos, (Fabris, 2014) traz a visão de Riegl, dizendo que “uma obra criada pela mão do homem e elaborada com o objetivo determinante de manter sempre presente na consciência das gerações futuras algumas ações humanas ou destinos (ou a combinação de ambos)”. Para ele, o monumento intencional é concebido conscientemente pelo propósito de perpetuar a memória de ações ou destinos humanos.

[...] o monumento não possui um valor artístico absoluto, mas apenas um valor relativo. Como o século XX tem negado a existência de um cânone artístico ou de um ideal objetivo, o valor do monumento "é medido pelo modo como ele atende às exigências do querer moderno da arte". Se não existe um valor artístico eterno, isso significa que a avaliação do monumento não repousa na memória e sim em valores presentes, que deverão ser levados em conta na definição de uma política de preservação. (Fabris, 2014, p. 12)

Essa noção de valor expressada por Riegl, demonstra uma ruptura com o ideal clássico estilístico e de belo universal do século XIX, levando à questão da valorização de estilos antes “inferiores” ou “desvalorizados”, para o reconhecimento de sua própria lógica estética. Para ele, a avaliação do monumento deve ser feita pela sensibilidade da ótica do presente, e não por uma vertente estética universal, caracterizando o valor artístico como valor de atualidade.

Se não existe um valor da arte eterno, mas apenas um relativo, moderno, o valor da arte de um monumento não é mais um valor de memória, mas um valor de atualidade. A preservação dos monumentos deve levar em consideração esse valor presente, pois sendo até certo ponto o valor atual prático oposto ao valor histórico de memória do passado, necessita de atenção mais urgente, uma vez que ele acaba por eliminar o conceito de "monumento". (Riegl, 2014, p. 35-36)

PENSAR FORA DO EIXO

Riegl afirma ainda que o monumento não possui valor artístico absoluto, negando a existência de um cânone estético eterno. O valor artístico é relativo e depende do *Kunstwollen*⁴ da época que avalia a obra. Essa concepção desloca a fundamentação da preservação da memória do passado para os valores do presente e evidencia que toda política patrimonial é histórica e culturalmente condicionada. Os monumentos devem ser entendidos de maneira subjetiva, em que o “significado e importância não provêm da sua destinação original, mas daquilo que nós sujeitos modernos atribuímos a eles.” Riegl (2014, p. 36).

Ainda sob a ótica da teoria riegliana, o autor identifica distintos valores de memória atribuídos aos monumentos, entre os quais se destacam o valor de antiguidade, o valor histórico e o valor volível de memória ou de comemoração. Para (Riegl, 2014), tais valores não são absolutos, mas historicamente condicionados, constituindo critérios diversos para a apreciação e a preservação dos bens culturais. O valor de antiguidade fundamenta-se na percepção sensível da passagem do tempo, valorizando a pátina, o desgaste e as marcas do envelhecimento como expressão material da continuidade histórica (Riegl, 2014). O valor histórico, por sua vez, compreende o monumento como documento de um momento específico do passado, exigindo a conservação de sua materialidade e autenticidade enquanto testemunho histórico fidedigno. Já o valor volível de memória ou de comemoração refere-se aos monumentos concebidos intencionalmente para perpetuar a lembrança de ações, eventos ou destinos humanos, orientando práticas de preservação voltadas à manutenção da legibilidade simbólica e da eficácia memorial da obra (Riegl, 2014).

No último capítulo de “O Culto Moderno dos Monumentos”, (Riegl, 2014) analisa a relação dos valores de atualidade com o culto contemporâneo dos monumentos, destacando o valor de uso, o valor de arte, o valor de novidade e o valor de arte relativo. O valor utilitário ou de uso refere-se à capacidade do monumento de continuar desempenhando uma função prática no presente, podendo justificar adaptações e intervenções que assegurem sua utilização, mesmo que estas não priorizem exclusivamente sua condição histórica. O valor de arte corresponde à apreciação estética da obra segundo os critérios vigentes em uma determinada época, não sendo absoluto, mas condicionado pelo *Kunstwollen* contemporâneo, isto é, pela vontade artística coletiva do presente (Riegl, 2014).

⁴ Segundo Riegl, *Kunstwollen* é a vontade artística coletiva de uma época, que determina suas formas de percepção e expressão visual, afastando a ideia de um cânone estético universal e fundamentando a relatividade do valor artístico.

PENSAR FORA DO EIXO

O valor de novidade expressa a preferência moderna pela integridade formal, pelo acabamento e pela aparência de “novo”, frequentemente em oposição às marcas do tempo valorizadas pelo valor de antiguidade. Por fim, o valor de arte relativo reconhece que o juízo estético atribuído ao monumento varia historicamente, sendo determinado pela sensibilidade artística do presente e não por um cânone estético universal ou atemporal (Riegl, 2014).

3 A CONSOLIDAÇÃO DO TRAÇADO URBANO DAS PEQUENAS CIDADE: Reflexões sobre o caso de Pau dos Ferros-RN

A partir do referencial teórico adotado, analisa-se a dimensão histórica da consolidação do traçado urbano de Pau dos Ferros, buscando compreender a percepção de valor atribuída ao espaço urbano e suas manifestações no cotidiano local. Além dessas questões existe ainda o viés fundiário que marca o território de Pau dos Ferros, evidenciando ainda essa relação do sagrado e sua influência na formação e permanência das pequenas cidades.

Em Pau dos Ferros, os primeiros bairros desenvolveram-se nas proximidades do núcleo inicial de formação urbana, estruturado a partir da igreja, da praça e do mercado. Esses primeiros agrupamentos foram denominados “altos”, em razão da posição topográfica elevada do centro urbano, sendo identificados como Alto do Carrasco, Alto do Velame, Alto do Ipiranga, Alto da Favela e Alto do Açude (Holanda, 2011). A estruturação urbana do território fundiário vinculado à Paróquia de Nossa Senhora da Conceição apresenta, de modo geral, um traçado relativamente ordenado, com exceção das áreas mais periféricas, onde se observa maior irregularidade construtiva, caracterizada por lotes de dimensões reduzidas, configuração irregular e edificações geminadas.

A cidade então, a partir desse contexto, surgiu e se estruturou no tabuleiro de terras pertencentes ao patrimônio fundiário da Igreja Católica, semelhante a outras cidades nordestinas, como Olinda, Salvador e São Luís (Barbosa, 2023). A conformação urbana do tabuleiro ganha forma na composição e divisão das setenta e seis glebas de terras, originando traçado urbano acentuando-se na topografia existente, com a inserção de vias arteriais e secundárias para o fluxo de pessoas, mercadorias e transportes, além da constituição de quarteirões para os diversos tipos de usos, de início residencial, com menor incidência de comércios e serviços. À medida que a parte central de Pau dos Ferros ganha incremento com o aumento populacional, e a inserção de novos equipamentos urbanos, o aglomerado toma formas diversas na composição orgânica das quadras e estruturas edilícias (Figura 01).

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 1. Orthomosaico recortado de Pau dos Ferros-RN



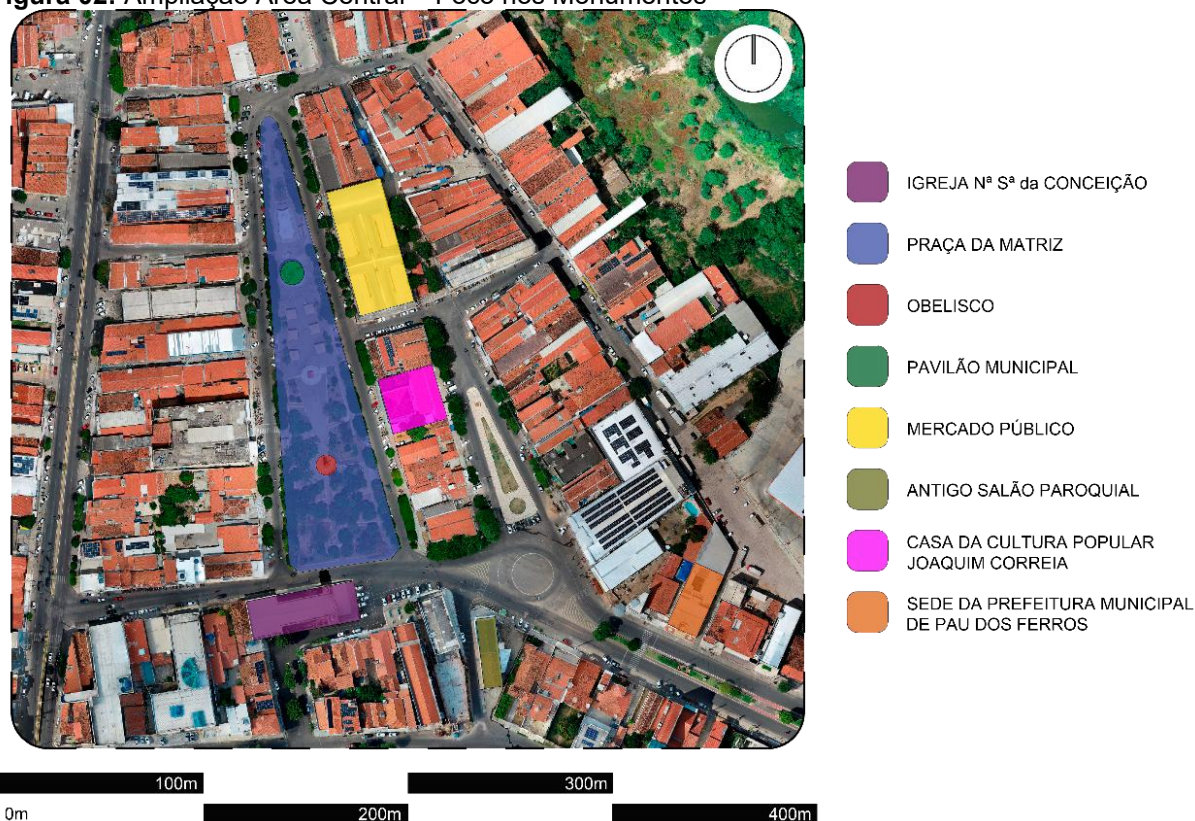
Fonte: Nascimento, 2023

No contexto dos valores atribuídos ao patrimônio urbano, destaca-se, no caso de Pau dos Ferros, o valor de historicidade, o qual, conforme discutido anteriormente, compreende o monumento como registro físico da história, cuja preservação é fundamental para a manutenção de sua fidedignidade enquanto documento histórico. Atualmente, o município dispõe de instrumentos

PENSAR FORA DO EIXO

limitados de regulação e proteção do patrimônio, entre os quais se destaca a Lei nº 1.509/2015, que estabelece normas para a preservação de estruturas históricas e arquitetônicas. O referido dispositivo legal identifica cinco monumentos, dos quais quatro localizam-se nas proximidades do núcleo original de formação do município, evidenciando a concentração dos bens reconhecidos na área central. Observa-se, contudo, a existência de outros elementos de valor histórico não contemplados pela legislação vigente, conforme indicado na Figura 02.

Figura 02: Ampliação Área Central – Foco nos Monumentos



Fonte: (Nascimento, 2023), adaptado pelo Autor (2026)

Embora alguns desses monumentos não possuam reconhecimento formal por meio de instrumentos como o tombamento, desempenham um papel significativo na paisagem urbana de Pau dos Ferros, estando profundamente incorporados ao cotidiano da população. Mais do que elementos isolados, eles fazem parte das rotinas, das referências espaciais e das experiências diárias dos habitantes, contribuindo para a forma como a cidade é percebida e vivenciada. Observando a luz dos conceitos da imagem da cidade, tais bens atuam como marcos visuais e pontos nodais, fundamentais para a legibilidade e para a construção da imagem urbana, ao auxiliarem na orientação, no reconhecimento dos lugares e na atribuição de sentido ao espaço.

PENSAR FORA DO EIXO

(Lynch, 2011). Dessa forma, mesmo sem proteção legal específica, esses monumentos assumem relevância simbólica e afetiva, reforçando a identidade local e a memória coletiva associada ao traçado urbano.

A consolidação do traçado urbano das pequenas cidades pode ser compreendida também pelo o valor de uso, entendendo a cidade como um suporte material e simbólico de memória coletiva. Conforme mostra na Figura 03, pode-se deduzir que o traçado urbano se mantém equivalente ao de décadas passadas. A recomposição abaixo, embora ainda precária já mostra que edificações atuais já compunham a paisagem no início do século XX, como o caso da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, a sede da Prefeitura Municipal e o Mercado Público.

Figura 03: Recomposição da Área Urbana de Pau dos Ferros (1930)



Fonte: Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros, adaptado pelo Autor (2026)

É possível observa que os eixos estruturantes e as principais vias permaneceram intactas dentro do recorte mostrado. Essas relações de usos são reforçadas conforme Nascimento (2023):

No início do século XX, propriamente em 1930, Pau dos Ferros era ainda formada por sete ruas e algumas travessas, dentre essas a rua da Praça da Matriz era a principal. Mesmo que ainda não existisse a demarcação e a consolidação do rossio na localidade, o espaço era amplo o que facilitava a prática do comércio,

PENSAR FORA DO EIXO

concentrado unicamente nas proximidades do local, mas especificamente no mercado público. (Nascimento, 2023 p. 53)⁵

Essa permanência do traçado pode ser atribuída também ao valor de uso, sendo o espaço já desde essa época e segundo os indícios da formação das primeiras povoações utilizado como uma das rotas comerciais que interligavam as capitanias e posteriormente as províncias. Considerando o valor como uma construção social, dinâmica e vinculada às experiências cotidianas, amplia-se a leitura da cidade para as manifestações religiosas, dentre elas a mais famosa sendo a Festa Católica de Nossa Senhora da Conceição que movimenta e molda o espaço anualmente, aquecendo a cultura e o comércio local nas imediações da Igreja Matriz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas ao longo desse trabalho evidenciam que a consolidação do traçado urbano das pequenas cidades deve ser compreendida para além de critérios estritamente técnicos ou normativos, incorporando os valores históricos, simbólicos e de uso que se manifestam no cotidiano urbano. No caso de Pau dos Ferros–RN, a análise dos valores de historicidade e uso permite reconhecer o espaço urbano como suporte de memória coletiva e identidade local, no qual permanências espaciais e práticas sociais se entrelaçam. Mesmo na ausência de instrumentos formais de proteção, determinados elementos urbanos assumem relevância na paisagem e na experiência dos habitantes, atuando como referências espaciais e afetivas. Assim, a valorização do traçado urbano, enquanto construção social dinâmica, contribui para ampliar o entendimento do patrimônio urbano e reforça a importância de políticas e leituras sensíveis às especificidades das pequenas cidades.

AGRADECIMENTOS

O autor agradece aos professores Rubenilson Brazão Teixeira (UFRN), pelo apoio na revisão deste trabalho. Este estudo é resultado das discussões desenvolvidas na disciplina Intervenções em Áreas de Valor Patrimonial e integra uma pesquisa de mestrado em andamento. Também registra agradecimento ao Grupo de Pesquisa História da Cidade, do Território e do Urbanismo (HCUrb/DARQ/UFRN) e ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN pelo apoio acadêmico e institucional.

⁵ Embora (Nascimento, 2023) destaque o uso do rossio, a localidade historicamente não apresentava dinâmicas comerciais típicas do período colonial. Pelo contrário, possuía estruturas consolidadas, demarcações de terras e propriedades privadas, onde se realizava o comércio local.

PENSAR FORA DO EIXO

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, Oswaldo; SERRA, Rodrigo Valente. **Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional**. 2001.

BARBOSA, Antonio Carlos Leite. **Os Donos Da Terra Urbana No Sertão**: estudo da estrutura fundiária e da produção do espaço urbano nas terras da Igreja Católica em Pau dos Ferros/RN. 2023. 402 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura, Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**, trad. Luciano Vieira Machado, São Paulo: Estação Liberdade/Editora UNESP. Original version: L'allégorie du patrimoine. 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Sobre agentes sociais, escalas e produção do espaço urbano: um texto para discussão**. A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2013.

DANTAS, Joseney Rodrigues de Queiroz. **AS CIDADES MEDIAS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**: um estudo sobre Pau dos Ferros (RN). 2014. 261f. Orientadora: Maria do Livramento Miranda Clementino. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional, Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

FABRIS, Annateresa. **Os valores do Monumento**. In: RIEGL, Alois. O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem. Tradução de Werner Rothschild Davidsohn, Analice Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014. p. [9]-[21].

FRIDMAN, Fania. **Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Garamond, 1999.

GONÇALVES, Francisco Ednardo. **Cidades pequenas, grandes problemas**: perfil urbano do agreste potiguar. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia. UFRN. Natal, 2005.

HOLANDA, José Edmilson de. **PAU DOS FERROS**: Crônicas, Fatos e Pessoas. 2. ed. Natal: Gráfica Vital, 2011. 174p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados: Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>. Acesso em: 30 jun. 2026.

LYNCH, Kevin. **A IMAGEM DA CIDADE**. 3ª edição. WMF Martins Fontes. São Paulo, 2011.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso. Ensaio de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

PENSAR FORA DO EIXO

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. Ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

NASCIMENTO, Athirson Pascoal Aquino. **INTERVENÇÕES URBANAS NA MELHORIA DOS ESPAÇOS LIVRE PÚBLICOS**: uma proposta de reabilitação urbana para a Praça Monsenhor Caminha em Pau dos Ferros/RN. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS (Município). Lei nº 1509, de 21 de outubro de 2015. **Estabelece Normas Para Preservação e Conservação das Estruturas e Semblantes Culturais, Históricos e Arquitetônicos, de Prédios e Monumentos de Pau dos Ferros/RN**. Pau dos Ferros, RN, Disponível em: <https://pau dosferros.rn.gov.br/leis.php>. Acesso em: 08 fev. 2026.

RIEGL, Alois, 1858-1905. **O CULTO MODERNO DOS MONUMENTOS**: A sua essência e a sua origem / Alois Riegl; tradução Werner Rothschild Davidsohn, Anat Falbel. - I. ed - São Paulo Perspectiva, 2014. 88 p. [18]-[85]. (Elos; 64)

SPÓSITO, M. E. B. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. Tese (Livre Docência) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Tecnologia. **Presidente Prudente**: [s.n], 2004.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Da cidade de Deus à cidade dos homens: a secularização do uso, da forma e da função urbana**. EDUFRN, 2009.